



CÂMARA DE ATIVIDADES AGROSSILVIPASTORIS
Ata da 18ª reunião, realizada em 28 de junho de 2018

1 Em 28 de junho de 2018, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Atividades
2 Agrossilvipastoris (CAP), na sede da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e
3 Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os
4 seguintes conselheiros titulares e suplentes: o presidente suplente Thiago
5 Cavanelas Gelape, representante da SEMAD. Representantes do poder público:
6 Juliana Pereira Cunha, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e
7 Abastecimento (Seapa); Túlio Almeida Lopes, da Secretaria de Estado de
8 Governo (Segov); Márcio Stoduto de Mello, da Empresa de Assistência Técnica
9 e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater); Rosa Maria Medeiros,
10 do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
11 (Ibama). Representantes da sociedade civil: Adriana Maugeri, da Associação
12 Mineira de Silvicultura (AMS); Carlos Alberto Santos Oliveira, da Federação da
13 Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Lucilene Aparecida
14 da Silva, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas
15 Gerais (Fetaemg); Antônio Eustáquio Vieira, do Movimento Verde de Paracatu
16 (Mover); Lucas Amaral de Melo, da Universidade Federal de Lavras (Ufla);
17 Dazio Vilela Chaves, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de
18 Minas Gerais (Crea-MG). **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO**
19 **NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2)**
20 **ABERTURA.** O presidente suplente Thiago Cavanelas Gelape declarou aberta a
21 18ª reunião da Câmara de Atividades Agrossilvipastoris. **3) COMUNICADOS**
22 **DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Conselheira Adriana Maugeri:
23 “Eu gostaria só que tivesse um posicionamento do IEF sobre uma moção desta
24 Câmara sobre a revisão da 1905, agora com a revogação provável por conta do
25 Sinaflor, que a CAP seria envolvida. Como está essa tramitação dentro da
26 SEMAD?” Presidente Thiago Cavanelas Gelape: “A princípio, está em
27 andamento, a ideia é fazer um decreto. Está em discussão interna, primeiro,
28 parece que já há uma minuta que vai ser passada ao secretário, para que isso
29 fosse externalizado. Estamos tentando construir, primeiro, um consenso interno
30 para depois viabilizar a participação externa. Eu até participei de algumas
31 reuniões, tinha a proposta, mas se estava construindo o consenso com todas as
32 opiniões. Isso ainda seria passado para o secretário Germano, para bater o
33 martelo em alguns pontos específicos que ele já queria definir, para ter uma
34 coisa mais consistente para abrir para discussão.” Conselheira Adriana Maugeri:
35 “Nós fizemos uma proposta – a AMS, a Faemg e a Siamig –, entregamos para o
36 Anderson, secretário adjunto, com as nossas solicitações de alterações na
37 1905, os principais pontos de destaque, independente da CAP, mas também

38 com o reforço dos conselheiros. E ficou no ar ainda essa reunião que teria para
39 que os pontos fossem realinhados, principalmente questões que estão
40 impedindo operações como aquelas apresentadas aqui na CAP, a questão dos
41 sub-bosques. Nós pedimos uma agilidade maior, porque está inviabilizando.”
42 Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Adriana, na linha desse evento que
43 você comunicou aqui, já começou a sair alguma coisa. Ontem, foi examinada,
44 na reunião da CNR, uma proposta de deliberação normativa que regulamenta
45 baixo impacto para fins de intervenção em área de preservação permanente. É
46 uma matéria que tem muito a ver com esta Câmara aqui. Eu até pedi para que
47 fosse feita uma apresentação. Houve pedido de vista de oito ou nove
48 conselheiros. Foi uma discussão bastante apertada. Um grupo de conselheiros
49 entende que uma DN que regulamenta baixo impacto é para arrochar, apertar,
50 criar restrições. Outro grupo de conselheiros entende que a DN vem criar
51 soluções para problemas complicados que existem por aí, que temos que ter
52 uma saída independentemente ou dependendo da questão ambiental. Então, um
53 conselheiro falava ‘isso aqui é para apertar’, o outro falava ‘isso aqui é para que
54 a gente seja criativo’. Enfim, eu acho que cada um destes conselheiros aqui
55 deve procurar, na pauta da CNR de ontem, a DN, porque ela é muito
56 interessante para se tomar conhecimento. Eu pedi uma apresentação aqui, mas
57 só depois que for desenrolando lá na CNR é que vai vir para cá.” Conselheira
58 Juliana Pereira Cunha: “A Faemg e a Seapa pediram vista da minuta da DN,
59 ontem, e sugerimos também que a CAP se aprofundasse na DN. E nós
60 convidamos vocês a nos ajudar. Então, que observem a minuta, se tiverem
61 sugestões para nos passar, se quiserem marcar reunião para alinhar as
62 informações, porque podemos fazer uma contribuição mais positiva e melhorada
63 para a próxima reunião.” Conselheiro Antônio Eustáquio Vieira: “Eu queria
64 passar uma informação para vocês a respeito da atuação da FPI em Paracatu.
65 Eles estão na região Noroeste de Minas desde domingo. Inclusive, Carlos
66 Alberto, eu queria sugerir. FPI é Fiscalização Preventiva Integrada que o São
67 Francisco puxa em regiões da Bacia. Eu queria sugerir que vocês, da Faemg,
68 designem alguém da Faemg para participar, amanhã, de uma audiência pública
69 que vai acontecer em Paracatu, onde as equipes que participam dessa
70 Fiscalização Preventiva Integrada vão apresentar um relatório. São 25 equipes,
71 que estão dando uma geral no Noroeste de Minas junto com Estado, Crea, esse
72 pessoal todo. E ontem eu tive uma informação preliminar que me deixou um
73 pouco preocupado, quando um dos membros dessa fiscalização comentou
74 comigo que eles têm encontrado muitos agrotóxicos em propriedades com data
75 de validade expirada, agrotóxicos contrabandeados, proibidos, sendo usados na
76 região. Então, eu acho que seria importante a Faemg dar um pulo lá para
77 acompanhar isso, para puxar orelha de possíveis cidadãos que estão infringindo
78 na legislação e causando problema na região. Isso é uma informação que eu
79 tive com relação ao uso de agrotóxicos só, fora outras informações de
80 captções irregulares, tanto com relação a outorga como quantidade de água
81 que tiram. Então, está uma confusão lá na região. Eu acho que vocês teriam que

82 nos dar uma força, porque eu considero que a Faemg é o anjo da guarda nosso,
83 da sociedade. Eu acho que vocês podem nos dar uma força, ainda mais em uma
84 região que está longe das vistas da grande imprensa mineira e brasileira. Prova
85 tanto que eu falei aqui, na última reunião, que um piscinão estourou lá em
86 Varjão de Minas e jogou 20 mil toneladas de terras dentro do rio Paracatu, que
87 foram para o São Francisco afora. Imagina se fosse aqui. Porque aqui um
88 mineroduto que joga 300 toneladas de minério dentro de um rio vira um
89 pampeiro. Imagina 20 mil toneladas de terra, e aqui o pessoal nem ficou
90 sabendo do que aconteceu lá. Então, eu acho que vocês têm que dar um jeito
91 de ficar o mais próximo possível para nos ajudar a proteger o que ainda resta lá
92 na nossa região.” Conselheira Juliana Pereira Cunha: “Já oficializaram o IMA,
93 Instituto Mineiro Agropecuário?” Conselheiro Antônio Eustáquio Vieira: “Eu não
94 estou sabendo como está a atuação do IMA, só sei que o Estado está junto,
95 inclusive, o Crea também faz parte da coordenação disso. Eu conversei,
96 inclusive, lá, com meia dúzia de promotores federais que estão lá. Eu sei que
97 são 25 equipes, polícia da região inteira, Polícia Ambiental, e o IMA deve estar
98 no meio disso também. Porque eles detectaram, inclusive, produtos vencidos e
99 produtos ilegais utilizados na região.” Conselheiro Carlos Alberto Santos
100 Oliveira: “Quem está coordenando isso? Eu sei de tudo que acontece e nunca
101 ouvi de Fiscalização Preventiva Integrada.” Conselheiro Antônio Eustáquio
102 Vieira: “É uma fiscalização que acontece na Bacia do São Francisco,
103 coordenada pelo Ministério Público, com recursos da cobrança. Então, eles
104 estão rodando o Brasil não é de hoje, tem uns três anos que, de tanto em tanto
105 tempo, eles vão à região. Há um tempo, estiveram no Norte de Minas, agora
106 foram para o Noroeste. E rodam o país, só atuam na Bacia do São Francisco,
107 envolvem vários setores, tanto do Ministério Público como órgãos dos Estados,
108 que dão suporte e acompanham isso. O pessoal do São Francisco pode dar
109 maiores detalhes, mas o relatório será apresentado amanhã, de 14h às 18h, em
110 Paracatu, na Câmara de Vereadores.” Conselheiro Carlos Alberto Santos
111 Oliveira: “Com respeito à questão do agrotóxico, ela está voltando novamente à
112 discussão, até porque tem um projeto de lei na Câmara Federal que também
113 está sendo discutido, mas nós não apoiamos, definitivamente, qualquer
114 irregularidade. A Faemg não apoia qualquer irregularidade nesse sentido, ainda
115 mais agrotóxico contrabandeado. Não só na questão do agrotóxico, como na
116 questão do licenciamento ambiental, outorga de água. Nós andamos falando ao
117 longo desses anos todos que os produtores devem se regularizar, devem ficar
118 ok. Nós vamos, com certeza, designar ou pedir alguém da região para
119 acompanhar e nos municiar de informações.” Conselheiro Antônio Eustáquio
120 Vieira: “Eu tenho mais uma informação que acho que seria importante para
121 vocês. Em setembro do ano passado, o rio Paracatu, da metade dele para cima,
122 secou por inteiro. E nessa ocasião, no Brasília Country Club, no centro do rio,
123 mais ou menos, a 250 km da nascente, a 250 km da foz, existe uma régua, e
124 nessa régua apontava 72 cm d’água. O rio estava seco. Hoje, em junho, nessa

125 mesma regra está com 1,13 m. Conclusão: nós estamos com 40 cm de água no
126 rio Paracatu em junho, final de junho. Tem gente que ainda planta nessa época.
127 Conclusão: eu não posso falar, mas acredito que o rio vai cortar antes de
128 setembro neste ano. Então, a situação é gravíssima e não é por falta de chuva,
129 porque lá choveu 50% a mais que o ano passado. Então, a situação eu
130 considero catastrófica lá na região. Para que vocês tenham conhecimento. Eu
131 acho que a Faemg tem que nos ajudar nisso lá para puxar orelha de alguns
132 usuários também, porque tem usuário que não quer saber. Tem usuários, igual
133 em Entre Ribeiros, que em junho plantam e acabou, não plantam mais, porque
134 sabem que não vai ter água, porque tem monitoramento. E nós, via Comitê do
135 Rio Paracatu, fizemos um acordo agora com o IGAM, e estão sendo instaladas
136 várias estações telemétricas no rio para monitorar, para que possamos usar a
137 nossa deliberação de restrição de uso. Mas só podemos fazer isso com dados
138 técnicos para embasar o Estado. Então, é demais preocupante, e eu espero que
139 a gente não passe pelo que passamos no ano passado, principalmente com
140 relação a abastecimento público na região, quando todas as cidades ficaram
141 sem água para a comunidade. Inclusive, em Paracatu só tinha água para 30%
142 da comunidade. É uma cidade de 100 mil habitantes, imaginem o caos que
143 virou. Então, essa informação eu acho que é relevante para vocês, dentro da
144 possibilidade, nos ajudar a tomar alguma providência, alguma medida para
145 minimizar isso.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Tem um Comitê
146 que está trabalhando com essa questão da crise hídrica, coordenado pela Dra.
147 Marília, do IGAM, e eu tenho impressão de que eles não têm essa notícia do
148 jeito que você falou, que em Paracatu cortou em setembro do ano passado, que
149 neste ano vai ser antes e que choveu mais que 50%. É isso mesmo? Talvez a
150 Presidência da reunião deva levar essa informação para esse Comitê Gestor da
151 Crise Hídrica. Essa manifestação é de assustar.” **4) EXAME DA ATA DA 17ª**
152 **REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata da 17ª reunião da Câmara de
153 Atividades Agrossilvipastoris, realizada em 24 de maio de 2018. Votos
154 favoráveis: Seapa, Crea, Fetaemg, Emater, Faemg, Ibama, AMS, Mover e
155 Segov. Abstenção: Ufla. Ausência: MAPA. A Presidência registrou a suspensão
156 da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (Seda). **5) CONSTRUÇÃO**
157 **DA POLÍTICA ESTADUAL SOBRE CORREDORES ECOLÓGICOS.**
158 **Apresentação: Diretoria de Conservação e Recuperação de Ecossistemas -**
159 **DCRE/IEF.** Tatiana Botelho/IEF fez apresentação à Câmara do Anteprojeto de
160 Lei da Política Estadual de Corredores Ecológicos. Debates. Conselheira Rosa
161 Maria Medeiros: “Parabéns pela apresentação e a iniciativa. Eu desejo sucesso
162 na construção mesmo dessa política. Isso tudo vai fluindo também com a
163 política do Ministério do Meio Ambiente, que está incentivando o tema da
164 conectividade de paisagens, de gestão de territórios. Quem sabe agora damos
165 um avanço no sentido melhor da gestão de territórios, de zoneamentos dessas
166 áreas. O Ibama também já publicou uma portaria específica, e estamos nos
167 colocando à disposição para construir essa minuta da lei do Estado.” Tatiana

168 Botelho/IEF: “Obrigada pelo comentário. Eu quero pegar o seu contato para
169 convidá-la para o seminário. Nós estamos também tentando integrar justamente
170 com esse projeto que o MMA conecta, para que seja feito, exatamente, de
171 forma conjunta.” Conselheira Adriana Maugeri: “Tatiana, parabéns. Eu queria só
172 colocar um ponto de observação, porque estamos em elaboração ainda da
173 política. Grande parte das florestas plantadas em Minas Gerais já possui
174 estabelecimento de corredores ecológicos para atendimento de certificação do
175 FSC. Então, não são constituídos como corredores ecológicos por
176 regulamentação estadual, mas possuem os aspectos de identificação de
177 corredor, porque o FSC preconiza essa interligação, inclusive, entre
178 empreendimentos próximos onde se tem os maciços florestais. Eu acho que é
179 um ponto de observação, que deveria ter, na política, alguma menção a esses
180 corredores de certificações reconhecidas internacionalmente, que poderiam
181 passar por algum critério pelo IEF, o que facilitaria que eles fossem creditados
182 como corredores já, porque já são constituídos há muitos anos.” Tatiana
183 Botelho/IEF: “Obrigada pela sugestão. Nós estamos tomando nota para
184 identificar isso também na minuta.” Presidente Thiago Cavanelas Gelape: “O
185 FSC, por favor, explique o que é, Adriana.” Conselheira Adriana Maugeri: “O
186 FSC é uma certificação de manejo sustentável de florestas, certificação
187 internacional, que certifica tanto o manejo quanto a origem da madeira de
188 floresta plantada.” Presidente Thiago Cavanelas Gelape: “É uma certificação
189 rígida, bem difícil de tirar. Nessa linha, eu gostaria de comentar uma coisa que a
190 Rosa comentou. No Estado, pelo menos na nossa diretoria, a mesma diretoria
191 da Tatiana, a Diretoria de Conservação e Recuperação de Ecossistemas, nós
192 estamos com esse viés de gestão territorial em quase todas as nossas ações.
193 Inclusive, em uma das contratações que está acontecendo lá, que vai pegar a
194 região desse corredor ecológico e da APA Alto Mucuri, na região Nordeste, nós
195 vamos rodar uma metodologia desenvolvida pelo WRI, em conjunto com a
196 IUCN, chamada Roam, que faz levantamento de oportunidades na cadeia de
197 restauração em determinado território. Ela pode ser usada tanto na escala
198 nacional quanto subnacional. E tem países inteiros que já fizeram. O México já
199 tem um panorama para o país inteiro, e nós estamos rodando,
200 experimentalmente, aqui no Corredor Ecológico Sossego de Caratinga e na
201 APA Alto Mucuri. Quem ganhou a licitação foi a Bioflora, empresa do professor
202 Ricardo Rodrigues, da Esalq, da USP. Nós estamos rodando essa metodologia
203 e até o final do ano vamos ter resultados. As primeiras oficinas já começaram a
204 acontecer. Dando certo o resultado, nós queremos expandir, eventualmente,
205 para o Estado inteiro, fazer um Roam para o Estado inteiro. Inclusive, a
206 Fundação Renova já tem um convênio com a WRI, eles querem rodar essa
207 metodologia também para o Rio Doce inteiro, para Bacia inteira. Então, tem uma
208 perspectiva muito boa de gestão territorial com esse viés.” Conselheiro Carlos
209 Alberto Santos Oliveira: “Nós temos que cumprimentar o órgão ambiental, o IEF,
210 pela iniciativa de buscar novas formas de preservação do meio ambiente. A sua

211 apresentação foi muito legal também. Se é um projeto de lei, o lugar onde vai
212 ser debatido com maior profundidade é a Assembleia. Eu acho legal procurar
213 proteger o meio ambiente, desde que não sejam impostas novas restrições à
214 atividade produtiva. Eu estou falando isso pelo seguinte. Nós temos aqui a CPB,
215 e, dentro de suas atribuições, ela aprova os planos de manejo de unidade de
216 conservação. O que estamos descobrindo? É que contratam empresa por um
217 valor significativo, ela faz um plano de manejo de 500 folhas, e aí, quando se vai
218 ver o plano de manejo, lá dentro tem instrumentos de restrição à atividade
219 produtiva, 'não pode plantar aqui nessa região, não pode criar gado, não pode
220 ter pasto'. E isso está gerando discussões lá. Então, nós temos que criar as
221 formas de proteção do meio ambiente tendo o cuidado de não criar novas
222 formas de restrição. Até porque nós temos o Código Florestal, nós temos a Lei
223 Federal das Águas, as outorgas, a Lei de Crimes Ambientais e uma porção de
224 instrumento legal que restringe. Então, a mágica do seu grupo, da sua equipe,
225 vai ser estabelecer essa legislação sem estabelecer novas formas de restrição.
226 No mais, parabéns por tudo." Tatiana Botelho/IEF: "Obrigada, essa sugestão é
227 muito bem-vinda. Nós estamos tentando, justamente, observar isso na tentativa
228 mesmo de não criar outras restrições e mais no sentido de incentivar a
229 conservação compatibilizando com um desenvolvimento mais sustentável, mas,
230 justamente, na tentativa de não criar restrições. Muito pelo contrário, essa
231 segurança jurídica que nós queremos dar para os proprietários particulares da
232 área é justamente isso, que não vai ocorrer esse tipo de restrição. E já
233 pensando nessa discussão da Assembleia, que nós vamos contar também com
234 o apoio de vocês lá para conseguir aprovar isso." Presidente Thiago Cavanelas
235 Gelape: "Eu vejo o Estado atuando muito mais hoje em uma política positiva,
236 que é o que estamos tentando, no sentido de uma política de conciliação, do
237 que muito mais no comando e controle. O João Paulo, ex-diretor geral do IEF,
238 falava muito isso. Nós temos que atuar mais na agenda positiva do órgão.
239 Então, em vez de criar restrições, restringir e falar que não, falar que isso não
240 pode, estimular aquele caminho. Um exemplo claro é que estamos hoje no
241 Estado com um Grupo de Trabalho para discussão de regulamentação dos
242 sistemas agroflorestais. Nesse caso específico, estamos querendo trazer a
243 parte produtiva, renda, para dentro da agenda da conservação. Então, vamos
244 trabalhar SAFs, Sistemas Agroflorestais, em um viés de conservação, de
245 restauração ecológica, colocando um componente de produção. O nosso papel
246 vai ser muito esse a partir de agora, de indutor dessa via, da conciliação entre a
247 conservação e a geração de renda e a possibilidade de atividades econômicas
248 de sustentação para o produtor." Conselheiro Antônio Eustáquio Vieira: "Eu
249 acho que a questão não é de restrição ou não restrição, eu acho que tem que
250 ter um bom senso e não só questão de bom senso, mas a questão técnica para
251 ver o que é necessário. E outra coisa que eu vou dizer aqui, que passa, às
252 vezes, despercebida. O pessoal fala em corredor ecológico, mas esquece das
253 rodovias. Na nossa região, o pessoal não tem noção do que vemos de animal

254 atropelado e morto nas rodovias. São dezenas por dia. Outro dia, eu fui de
255 Pires, do Rio, a Morrinhos, em Goiás, 120 km, e contei 14 animais mortos,
256 atropelados, em um dia. Isso é todo dia. No Noroeste de Minas, eu saio de
257 Paracatu a Guarda-Mor, e não tem um dia que eu não vejo tamanduá
258 atropelado e morto, fora outros animais menores. A situação é tão complicada
259 que tem alguns indicativos que mostram o problema. Eu vi outro dia um macaco
260 morto na rodovia, eu nunca tinha visto na minha vida. Então, tem que ser
261 tomada alguma providência. Eu estou até ficando chato na região, porque
262 sempre paro, filmo, envio pelo zap de todos os meus colegas. E tem o pessoal
263 do agronegócio, que, às vezes, crítica. Mas é um horror. Um colega meu, nessa
264 semana, foi a Patos de Minas, a 200 km de Paracatu, e viu quatro tamanduás
265 mortos. Eu já vi inúmeros. Então, tem que ser levada em conta a questão da
266 rodovia, porque rodovia, a maioria, é de Estado. Quando é federal, como na
267 040, tem carro deles que ficam para cima e para baixo não é vistoriando a
268 rodovia, mas coletando os animais atropelados e mortos para a sociedade não
269 ver. Por exemplo, tem países que têm passagem de animais, travessia de
270 animais, só que isso é prioridade de Estado. Nós não temos prioridades disso
271 no Brasil. E tem rodovias aqui que foram construídas com financiamento de
272 órgãos internacionais, que previam, na construção, nos projetos técnicos
273 executivos, construção de passagens, a rodovia foi feita, e não foram
274 construídas as passagens. É uma avacalhação total. Já que vocês estão com
275 boa vontade e interesse, têm que levar em conta a questão dessas estradas, o
276 que está acontecendo. Não adianta criar corredor ecológico e deixar o
277 matadouro dele aberto.” Tatiana Botelho/IEF: “Obrigada pela sugestão. Eu vou
278 aproveitar para divulgar – não sei se vocês conhecem – um aplicativo que
279 chama Sistema Urubu. Eu não me recordo qual universidade está promovendo,
280 se a de Viçosa ou a de Lavras. É a de Lavras? É um aplicativo gratuito que você
281 baixa no seu celular, e a cada animal morto que você vir na estrada, você envia
282 a foto por GPS. Eles estão fazendo um mapeamento disso no Brasil inteiro. É
283 uma iniciativa muito válida, eu acho interessante divulgar, porque, a partir
284 desses estudos, conseguimos buscar também soluções mais viáveis.”
285 Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “A Faemg insiste muito na questão
286 da restrição, porque é uma matéria recorrente. Vocês se lembram que o Código
287 Florestal foi duramente criticado pelo Ministério Público, não só foi criticado,
288 como o Ministério Público fez três ações de inconstitucionalidade, protocolou no
289 Supremo Tribunal Federal, dizendo que o Código era um retrocesso. Uma
290 instituição da importância do Ministério Público entendia que tinha que arrochar,
291 que tinha que apertar, falou do princípio da irretroabilidade, que não pode, que é
292 um atraso e vai por aí fora. E o que aconteceu? O Supremo consagrou, *ipsis*
293 *litteris*, o Código Florestal, o Ministério Público não ganhou uma parada, e o
294 ministro Fux, que foi o relator, falou que, da mesma forma que existe uma
295 previsão constitucional de preservação do meio ambiente, existe também
296 previsão constitucional para que os proprietários rurais possam explorar as suas

297 propriedades dentro dos parâmetros técnicos e tirarem de lá o sustento de sua
298 família. Quer dizer que essa discussão do cuidado de não se estabelecerem
299 novas restrições não vem voando igual borboleta. Diferentemente dos últimos
300 20 anos que eu estou convivendo aqui no Sistema de Meio Ambiente, nós
301 temos a impressão de que realmente está havendo uma forma diferente de
302 cuidar dessas políticas, desses procedimentos, que o objetivo mesmo é
303 recuperar e preservar o meio ambiente. Eu, pelo menos, estou vendo alguma
304 coisa. Agora, o que não impede, por exemplo, que o Dr. Anderson e o Dr.
305 Germano de mostrar para nós os decretos que estão sendo produzidos, publicar
306 antes, porque depois não tem jeito de consertar.” Conselheiro Lucas Amaral de
307 Melo: “Parabéns pela apresentação, eu acho que isso é de suma importância.
308 Vou até comentar talvez um objetivo secundário de corredor ecológico, para que
309 isso faça parte de uma política futura, que é a questão de servir como
310 impedimento a propagação de incêndios, que é outra coisa problemática que
311 temos, em nível nacional, e não temos política nenhuma para a prevenção e
312 controle de incêndios. Haja visto o que aconteceu nas unidades de conservação
313 no ano passado, por exemplo. Outra coisa, essa questão de aliar conservação
314 com produtividade, que eu acho que tem que ser feito, principalmente em
315 reserva legal, os corredores, é de suma importância para dar valor a qualquer
316 remanescente florestal, atividades que incentivem isso. Mas uma coisa futura
317 que tem que ser feita, e muita gente vai pensar nisso na hora de implantar
318 reservas legais produtivas, que a legislação veio esclarecer e permitir mesmo,
319 bem claro, mas a regulamentação de como isso pode ser colhido no futuro.
320 Porque não existe essa regulamentação, então, muita gente deixa de fazer
321 porque não sabe qual vai ser a burocracia futura. Nós temos vários produtos,
322 mas um deles é madeira, e a madeira sabemos que passa por uma burocracia
323 tremenda. Então, a regulamentação tem que vir até como forma de incentivar
324 que isso realmente aconteça. Só para dessa contextualizada, porque muita
325 gente fica com medo de fazer isso com base no que vai ser daqui a 15, 20, 30
326 anos”. Conselheira Rosa Maria Medeiros: “Só para acrescentar à nossa
327 discussão, não estamos aqui falando em preservação do meio ambiente porque
328 é bacana, a preservação é a base, a nossa base de tudo. Nós estamos
329 sofrendo todas as consequências de atuações por anos sem controle ou sem
330 restrição no sentido da preservação. Houve políticas anteriores absolutamente
331 sem olhar para isso. Agora nós estamos em uma mudança de paradigma. Toda
332 essa perspectiva de gestão territorial não é uma discussão nova, mas reflete um
333 novo padrão. Agricultura sustentável, seja do agronegócio, seja dos usos das
334 unidades de conservação, as reservas legais. A minha vertente da agronomia
335 fala que não preservamos se não usarmos, só que esse uso tem que ser com
336 responsabilidade, com integração de todos esses aspectos. É o desafio, então,
337 vamos pensar nas nossas ações com essa mudança de paradigma cá em cima,
338 não é de uma mentalidade sonhadora. Nós temos que ter uma utopia, sim, para
339 olhar os nossos trabalhos, as nossas ações, cultivando esse caminho da

340 sustentabilidade, da mudança de paradigma de todas as frentes de produção.”
341 Presidente Thiago Cavanelas Gelape: “Principalmente porque sabemos que é
342 possível. Tecnicamente, é possível, e já está estabelecido. A questão é mais
343 cultural de conseguir passar isso para a sociedade, e começar a aplicar isso.”
344 Conselheira Dazio Vilela Chaves: “Eu também queria esclarecer mais alguma
345 coisa. Eu sou engenheiro agrônomo e trabalho há 47 anos, basicamente, no
346 Cerrado de Minas Gerais. Eu trabalhei muito na região Noroeste. No início do
347 desmatamento do Cerrado, não existia conhecimento, ninguém falava de
348 preservação de água, de nascente, de mata ciliar. Foi feita muita coisa errada,
349 mas não foi com autorização dos técnicos, foi levando como era a situação
350 naquela época. Mas hoje nós temos muitas leis, e poucas leis são observadas.
351 Existe uma legislação que eu acho que o IEF poderia fazer mais um programa
352 de conscientização da população em termos de preservação de nascentes e
353 matas ciliares. Se todas as matas ciliares da região Noroeste e do Estado inteiro
354 estivessem preservadas, já se criariam os grandes e pequenos corredores
355 ecológicos, porque os rios são todos integrados. Se fizessem uma campanha
356 para todo produtor, porque muitos podem fazer isso sem gasto nenhum. ‘Vamos
357 fazer uma campanha para que toda nascente seja cercada’. Se cercar para não
358 entrar animal nenhum ali, já ajuda a preservar, já vai fazer o início do
359 armazenamento da água. Quando analisamos a Bacia do São Francisco, eu
360 não tenho ideia, talvez ninguém tenha, de quantas nascentes tem toda a Bacia
361 do São Francisco só em Minas Gerais. Seria 1 milhão, 2 milhões, não sabemos
362 quanto, mas é muita coisa mesmo. Se todas elas fossem preservadas, cercadas
363 para não entrar nada e não plantar nada lá, se todas as matas ciliares dos
364 pequenos, médios e grandes córregos e rios fossem preservadas, já ajudaria
365 muito, criaria um grande corredor ecológico. Eu acho que nós temos muitas leis,
366 mas as leis não são observadas. Existe uma legislação que fala sobre o uso de
367 agrotóxico. O IMA teria que tomar providência disso. Se vir uma pessoa com
368 agrotóxico sem nota fiscal, sem origem, já é motivo de notificação policial. Nós
369 sabemos que o produtor está apertado lá, então, ele pega o primeiro. Um
370 negócio que precisava ter muito mais rigor também, seria o IMA fazer isso, para
371 evitar o uso abusivo de agrotóxicos, que contaminam as águas, os rios e matam
372 muitos animais. Às vezes, o animal está morrendo lá na estrada porque está
373 desorientado, porque foi intoxicado ali. Existe uma legislação de receituário
374 agrônômico que está muito devagar ainda. É responsabilidade do IMA ter mais
375 rigor no receituário agrônômico.” Presidente Thiago Cavanelas Gelape: “Eu
376 acho que, nessa questão da proteção das nascentes e das APPs, nós vamos
377 ter um avanço muito grande com a implementação, de fato, do PRA aqui em
378 Minas, que é o segundo passo após o CAR, que é o Programa de
379 Regularização Ambiental. Vai ter a validação e o mapeamento, de fato, do
380 nosso passivo em termos de APP, o que nós temos de nascentes degradadas,
381 de matas ciliares, de áreas ciliares degradadas. A partir daí, vamos ter um
382 panorama e conseguir priorizar a restauração em determinadas áreas. ‘Se o

383 Noroeste é a área que mais necessita, então, vamos investir mais lá no primeiro
384 momento e ver o resultado. É o Rio Doce. Então, vamos investir aqui'. Eu acho
385 que o primeiro passo é ter o diagnóstico. Muito da falta de implementação de
386 política pública até hoje e de leis é a falta de instrumentos. E o CAR veio ocupar
387 uma lacuna de décadas para ter o diagnóstico e o monitoramento dessas áreas.
388 A partir daí que vamos conseguir fazer alguma coisa, porque também tudo tem
389 que ter planejamento e priorização, porque o recurso é escasso cada vez mais.
390 Então, temos que atacar a questão que já está levantada, priorizada, planejada.
391 Mas eu acho que o nosso horizonte vai ser muito bom.” **6) PROCESSOS**
392 **ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE LICENÇA DE OPERAÇÃO**
393 **CORRETIVA. 6.1) Companhia Ferroligas Minas Gerais. Fazenda Centenário.**
394 **Produção de carvão vegetal oriunda de floresta plantada. João**
395 **Pinheiro/MG. PA 09464/2007/002/2012. Classe 5. Apresentação: Supram**
396 **Noroeste.** Licença concedida por unanimidade nos termos do Parecer Único,
397 com alteração no Anexo II, item 2. Efluentes Atmosféricos. - Exclusão da
398 seguinte expressão: “Os resultados apresentados nos laudos analíticos deverão
399 ser expressos nas mesmas unidades dos padrões de emissão previstos na DN
400 COPAM n.º 187 de 20 de setembro de 2013.” Votos favoráveis: Seapa, Crea,
401 Fetaemg, Emater, Faemg, Ufla, Ibama, AMS, Mover e Segov. Ausência: MAPA.
402 Suspensão: Seda. **6.2) Gerdau Aços Longos. Fazenda Aldeia, Cachoeira e**
403 **Amizade. Produção de carvão vegetal oriunda de floresta plantada. João**
404 **Pinheiro/MG. PA 11232/2011/001/2014. Classe 5. Apresentação: Supram**
405 **Noroeste.** Licença concedida por unanimidade nos termos do Parecer Único.
406 Votos favoráveis: Seapa, Crea, Fetaemg, Emater, Faemg, Ufla, Ibama, AMS,
407 Mover e Segov. Ausência: MAPA. Suspensão: Seda. **6.3) Espólio de Geraldo**
408 **Leonardo Guilherme Michels e Outros. Fazenda Logradouro, São José,**
409 **São Cristovão, Nossa Senhora Aparecida, São Bento, Santa Rita, São**
410 **João, São Pedro, Santa Luzia, Santo Antônio, São Jorge, Santa Maria,**
411 **Almas, São Luiz, Nossa Senhora da Abadia e Vereda da Ponte. Culturas**
412 **anuais excluindo a olericultura. Bonfinópolis de Minas e Riachinho/MG. PA**
413 **02416/2014/001/2015. Classe 5. Apresentação: Supram Noroeste.** Licença
414 concedida por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis:
415 Seapa, Crea, Fetaemg, Emater, Faemg, Ufla, Ibama, AMS, Mover e Segov.
416 Ausência: MAPA. Suspensão: Seda. **6.4) Santos e Dias Transportes e**
417 **Carvoejamento Ltda. Fazenda Santo Antônio. Produção de carvão vegetal,**
418 **oriunda de floresta plantada. João Pinheiro/MG. PA 16564/2008/002/2013.**
419 **Classe5. Apresentação: Supram Noroeste.** Licença concedida por
420 unanimidade nos termos do Parecer Único, com alteração no Anexo II, item 2.
421 Efluentes Atmosféricos. - Exclusão da seguinte expressão: “Os resultados
422 apresentados nos laudos analíticos deverão ser expressos nas mesmas
423 unidades dos padrões de emissão previstos na DN COPAM n.º 187 de 20 de
424 setembro de 2013.” Votos favoráveis: Seapa, Crea, Fetaemg, Emater, Faemg,

425 Ufla, Ibama, AMS, Mover e Segov. Ausência: MAPA. Suspensão: Seda. **6.5)**
426 **Cunha Porã Participações S/A. Fazenda São Sebastião e Santana. Criação**
427 **de bovinos, bubalinos, equinos muares, ovinos e caprinos, em regime de**
428 **confinamento. Campo Florido/MG. PA 06789/2016/001/2017. Classe 4**
429 **(conforme Lei nº 21.972/2016, artigo 14, inciso III, alínea b). Apresentação:**
430 **Supram Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.** Licença concedida por
431 unanimidade nos termos do Parecer Único, com alteração do prazo da
432 condicionante nº 6 do Anexo I para “bienal”. Votos favoráveis: Seapa, Crea,
433 Fetaemg, Emater, Faemg, Ufla, Ibama, AMS, Mover e Segov. Ausência: MAPA.
434 Suspensão: Seda. **6.6) Vereda Alimentos e Agronegócios Ltda. Fazenda**
435 **Veredinha. Suinocultura (unidade de produção de leitões). Araguari/MG.**
436 **PA 05230/2005/002/2012. Classe 5. Apresentação: Supram Triângulo**
437 **Mineiro e Alto Paranaíba.** Licença concedida por unanimidade nos termos do
438 Parecer Único. Votos favoráveis: Seapa, Crea, Fetaemg, Emater, Faemg, Ufla,
439 Ibama, AMS, Mover e Segov. Ausência: MAPA. Suspensão: Seda. **7)**
440 **PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE RENOVAÇÃO DE**
441 **LICENÇA DE OPERAÇÃO. 7.1) Itaiquara Alimentos S/A. Cultura de cana-de-**
442 **açúcar sem queima; cultura de cana-de-açúcar com queima. Passos/MG.**
443 **PA 23189/2005/003/2013. Classe 5. Apresentação: Supram Sul de Minas.**
444 Licença concedida por maioria nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis:
445 Seapa, Crea, Fetaemg, Faemg, Ibama, AMS. Votos contrários: Emater, Ufla e
446 Mover. Ausências: MAPA e Segov. Suspensão: Seda. Declarações de votos.
447 Conselheiro Márcio Stoduto de Mello: “O voto é contrário porque nós pensamos
448 que não deve ser renovada a licença ambiental se não houver cumprimento das
449 condicionantes.” Conselheiro Lucas Amaral de Melo: “Pelo mesmo motivo. Eu
450 levantei o caso e acho que já teve tempo hábil para que a condicionante
451 fosse cumprida.” Conselheiro Antônio Eustáquio Vieira: “O mesmo motivo
452 apontado pelo Márcio, da Emater, e pelo Lucas, da Ufla.” Retificada a
453 classificação do empreendimento na folha de rosto do Parecer Único, nos
454 seguintes termos: ‘Código G 01-07-5 - Cultura de cana-de-açúcar sem queima -
455 Classe 4’; ‘Código G 01-07-4 - Cultura de cana-de-açúcar com queima - Classe
456 5’. **8) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE RECONSIDERAÇÃO**
457 **DE CONDICIONANTE DE LICENÇA AMBIENTAL. 8.1) Bartira Agropecuária**
458 **S/A. Fazenda Pirapitinga. Culturas anuais, excluindo a olericultura.**
459 **Canápolis/MG. PA 90337/2004/002/2010. Classe 5. Exclusão das**
460 **condicionantes 3, 4, 6, 7 e 12. Apresentação: Supram Triângulo Mineiro e**
461 **Alto Paranaíba.** A Câmara de Atividades Agrossilvipastoris deliberou o
462 provimento parcial do pedido de reconsideração, nos termos do Parecer Único,
463 mantendo as condicionantes nºs 3, 4, 6 e 7 e aprovando nova redação para a
464 condicionante nº 12: ‘12. Protocolar o processo de outorga de água para a
465 regularização dos desvios parciais de curso d’água. Apresentar o comprovante
466 de formalização dos processos. Prazo: 180 dias.’ Votos favoráveis ao Parecer

467 Único quanto à manutenção das condicionantes 6 e 7 e à alteração da
468 condicionante 12: Seapa, Crea, Fetaemg, Emater, Faemg, Ufla, Ibama, AMS e
469 Mover. Votos contrários: Emater, Ufla e Mover. Ausências: MAPA e Segov.
470 Suspensão: Seda. Votos favoráveis ao Parecer Único quanto à manutenção da
471 condicionante 3: Seapa, Crea, Fetaemg, Emater, Faemg, Ibama e Mover. Votos
472 contrários: Ufla e AMS. Ausências: MAPA e Segov. Suspensão: Seda.
473 Declarações de votos. Conselheiro Lucas Amaral de Melo: “Contrário
474 simplesmente pela forma da redação. Eu concordo com o que os técnicos
475 colocaram, só que, como eu fiz uma sugestão, eu acho pertinente manter a
476 opinião.” Conselheira Adriana Maugeri: “Contrária também. Eu sou favorável ao
477 impedimento da entrada do gado nas áreas, mas eu também acho que a
478 redação, conforme proposto, pelo Lucas, tem que ser melhorada para ficar mais
479 clara e evitar a subjetividade de análise como vimos acontecer ao longo desses
480 últimos anos.” Votos favoráveis ao Parecer Único quanto à manutenção da
481 condicionante 4: Crea, Fetaemg, Emater, Faemg, Ufla e Mover. Abstenções:
482 Ibama e Seapa. Voto contrário: AMS. Ausências: MAPA e Segov. Suspensão:
483 Seda. Declaração de voto. Conselheira Adriana Maugeri: “O voto contrário é
484 porque eu havia feito a sugestão da atualização do PTRF, uma vez que o PTRF
485 de 2010 encontra-se totalmente desatualizado.” **9) ENCERRAMENTO.**
486 Conselheiro Lucas Amaral de Melo: “Só a título de curiosidade, porque foi um
487 assunto falado aqui hoje, sobre o número de nascentes em Minas Gerais. Eu
488 entrei em contato com o pessoal do CAR, que está desenvolvendo.
489 Cadastradas pelo proprietário, Minas Gerais tem 361.125 nascentes
490 catalogadas. Isso é autodeclaração.” Não havendo outros assuntos a serem
491 tratados, o presidente Thiago Cavanelas Gelape agradeceu a presença de
492 todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

Thiago Cavanelas Gelape
Presidente da Câmara de Atividades Agrossilvipastoris